



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Rio de Contas

1

Segunda-feira • 17 de Maio de 2021 • Ano V • Nº 3008

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

## Prefeitura Municipal de Rio de Contas publica:

- **Despacho Administrativo Referente ao Pregão Eletrônico nº 0012/2021** - Aquisição de equipamentos (balança, carro de anestesia, eletrocautério, mesa cirúrgica, cardioversor, ventilador pulmonar eletrônico e portátil, negatoscópio, microscópio, monitor multiparamétrico, oxímetro, autoclave, compressor odontológico, aparelho de raio x, entre outros afins), materiais hospitalares (cama hospitalar, carro de emergência, maca, armário vitrine, banqueta, biombo, cadeira de rodas, suporte para soro), entre outros, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.



Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

**Imprensa Oficial**  
a publicidade legal  
levada a sério

## Licitações



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS**  
CNPJ: 14.263.859/0001-06  
LARGO DO ROSARIO, Nº 01 – CENTRO  
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0012/2021.

Modalidade de Licitação	Número
PREGÃO ELETRÔNICO	012/2021

Versam os autos sobre o processo licitatório adotado na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2021**, objetivando a aquisição de equipamentos (balança, carro de anestesia, eletrocautério, mesa cirúrgica, cardioversor, ventilador pulmonar eletrônico e portátil, negatoscópio, microscópio, monitor multiparamétrico, oxímetro, autoclave, compressor odontológico, aparelho de raio x, entre outros afins), materiais hospitalares (cama hospitalar, carro de emergência, maca, armário vitrine, banquetas, biombo, cadeira de rodas, suporte para soro), entre outros, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, com sessão de abertura designada para o dia 18 de maio de 2021.

Com efeito, tendo em vista o recebimento das impugnações e pedido de esclarecimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 12-2021-PE interposto pelas empresas K. C. R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ. n.º 21.971.041/0001-03, MEDIFARR PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ: 07.540.203/0001-10, PRIME COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 09.342.946/0001-00, STERMAX PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita No CNPJ Nº 85.859.552/0002-20, WEM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 54.611.678/0001-30, KSS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO LTDA, inscrita sob CNPJ/MF sob n.º 79.805.263/0001-28 e COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, , inscrita no CNPJ Nº 95.433.397/0001-11, recepcionada por meio do endereço eletrônico [cpl.riodecontas@gmail.com](mailto:cpl.riodecontas@gmail.com) de forma tempestiva, passa-se a apreciar os termos das petições referendadas.

Pois bem, as empresas impugnantes questionam os, consignando em síntese, em primeiro ângulo de análise, que discordam do julgamento menor preço por lote, porque prejudica o princípio da competitividade, ressaltando que o processo licitatório deve proporcionar a competição entre várias licitantes, possibilitando a realização do negócio



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS**  
CNPJ: 14.263.859/0001-06  
LARGO DO ROSARIO, Nº 01 – CENTRO  
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

mais vantajoso para a Administração Pública, razão pela qual requer a modificação do edital quanto ao julgamento da proposta para menor preço por item, rogando, portanto, no desmembramento dos lotes.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a Administração procura sempre atender ao interesse público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente o da legalidade. Isto posto, cumpre destacar que a discricionariedade da Administração para definir o objeto da licitação encontra-se disposta no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, onde versa que:

**“Art. 23 [...]**

**§1º – As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.”**

Nessa esteira, podemos citar a vasta Jurisprudência do TCU acerca da possibilidade e obrigação do agrupamento de itens divisíveis em lotes:

**“O § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93 estabelece a possibilidade de a Administração fracionar o objeto em lotes ou parcelas desde que haja viabilidade técnica e econômica. Nos termos do § 2º, o fracionamento da contratação produz a necessidade de realização de diversas licitações. O fundamento do parcelamento é, em última instância, a ampliação da competitividade que só será concretizada pela abertura de diferentes licitações. Destarte, justifica-se a exigência legal de que ser realize licitação distinta para cada lote do serviço total almejado.” (Acórdão nº 2.393/2006. Plenário)**

**“Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelada adotado nesse parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços. Para cada um de cinco prédios, previram-se vários contratos (ar condicionado, instalações elétricas e eletrônicas, instalações hidros sanitárias, civil). Esta exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação (...) embora as estimativas numéricas**



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS**  
CNPJ: 14.263.859/0001-06  
LARGO DO ROSARIO, Nº 01 – CENTRO  
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

***não mostrem consistência, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica" (Acórdão nº 3140/2006 do TCU).***

Informativo de Licitações e Contratos 167/2013 - TCU Sessões: 3 e 4 de setembro de 2013  
Segunda Câmara

***"5. É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração." (Destques nossos)***

***"O parcelamento do objeto licitado deve ocorrer quando a opção se comprovar viável do ponto de vista técnico- econômico, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei no 8.666/1993. Não caracteriza cerceamento de competitividade a realização de uma só licitação com objetos múltiplos, se comprovado que o parcelamento implicaria perda de eficiência e prejuízo técnico à Administração. " (Acórdão 3041/2008 Plenário)***

***"Como é sabido, a regra do fracionamento da contratação deve ser aplicada nas hipóteses em que isso for possível e representar vantagem para a Administração. Essa medida visa ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que a redução do porte das aquisições ampliaria o universo de possíveis interessados na disputa. 60. Essa regra, contudo, poderá ser mitigada em face de limites de ordem técnica, ou seja, o fracionamento em lotes deverá respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. 61. Além disso, o fracionamento da contratação poderá também esbarrar em impedimentos de ordem econômica, os quais se relaciona com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Logo, nas situações em que pode ocorrer o aumento dos custos para o Poder Público, não caberá falar em fracionamento, uma vez que a finalidade é a redução de despesas administrativas." (Acórdão 2407/2006 - Plenário)***



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS**  
CNPJ: 14.263.859/0001-06  
LARGO DO ROSARIO, Nº 01 – CENTRO  
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

***“A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular. A Administração, de acordo com sua capacidade e suas necessidades administrativas e operacionais, deve sopesar e optar, motivadamente, acerca da quantidade de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados...” (Acórdão nº 2796/2013)***

Veja-se que a Súmula do TCU nº 247 há expressa previsão acerca da possibilidade de proceder as aquisições de forma agrupada com o intuito de evitar "prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala", fatos estes plenamente justificáveis nos estudos preliminares realizados pela Administração ao verificar que a forma mais eficiente de proceder à aquisição ocorrerá com o agrupamento de itens semelhantes em lotes.

Acerca do tema cita-se as lições do festejado Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF:

***“Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico.***



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS**  
CNPJ: 14.263.859/0001-06  
LARGO DO ROSARIO, Nº 01 – CENTRO  
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

***Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".***

Assim, a divisão do objeto depende da viabilidade técnica e econômica, tendo a Administração prerrogativa para analisar caso a caso, dentro dos limites de sua discricionariedade, a possibilidade do objeto ser fracionado.

Portanto, a decisão pela licitação, por lote, para este caso específico, propicia um gerenciamento eficiente e racionalizado dos recursos públicos, reduzindo as despesas administrativas, evitando a elaboração de um número excessivo de contratos de vários itens com características semelhantes, que poderiam ser adquiridos em conjunto, evitando-se assim que a contratação torne-se mais dispendiosa, posto que haveria a necessidade de um número maior de mão de obra para recebimento dos inúmeros materiais.

Ademais, nota-se que o histórico vivenciado nos processos de aquisição anteriores NÃO demonstra a limitação da competitividade, haja vista a ampla participação de diversas empresas, a prática usual destas licitantes em revenderem "todos" os itens agrupados nos lotes que são separados por semelhança, pelo contrário, resta evidenciada a redução de custos unitários decorrente da economia de escala e face à otimização da gestão das contratações.

Ressalta-se, ainda, que durante a elaboração do Termo de Referência e do Edital foi levado em consideração, na composição dos lotes, o agrupamento de itens com características semelhantes, pautado nas características do mercado, respeitando-se a ampliação da competitividade.

Por fim, por se tratar de uma licitação com um número elevado de materiais/equipamentos a serem adquiridos, a divisão por item poderá causar prejuízo para o conjunto do certame, uma vez que abre possibilidade de que haja um número elevado de contratos. Destarte, a opção pela realização da licitação de forma agrupada, decorreu em razão, tanto da viabilidade técnica, como também econômica, sendo, entretanto, verificada, durante a construção dos lotes, a similaridade para os itens de cada lote, a fim de se evitar, justamente, a restrição à competitividade.



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS**  
CNPJ: 14.263.859/0001-06  
LARGO DO ROSARIO, Nº 01 – CENTRO  
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

Ademais, quanto ao prazo de trinta dias para entrega dos produtos licitados, adentra no poder discricionário da administração pública, que diante da situação concreta, disciplinou prazo razoável para entrega dos produtos, objeto da futura contratação, mostrando-se, portanto, razoável o prazo previsto para o fornecimento dos bens, que não pode ser por demais estendido, diante das necessidades prementes da administração, que visa com o objeto deste certame implantar serviços destinados aos usuários do sistema de saúde, portanto, serviços essenciais a coletividade.

Inquestionavelmente, a dilação dos prazos indicados pelas empresas, em noventa dias para entrega dos equipamentos, destoa de toda razoabilidade, não podendo a administração acolher a impugnação, pois tal agir prejudicaria a implantação de serviços essenciais de saúde pública, que demanda atenção especial e eficiente em momento que estamos a viver, com vistas a atender situações emergenciais, de pronto-atendimento, por certo, o deferimento do pleito cairia por terra todo um prévio planejamento das ações de saúde, em franco prejuízo ao interesse público e coletivo.

No que se reporta as descrições dos equipamentos, não há qualquer modificação a ser feita, tendo sido elaboradas pelo setor técnico, que de forma clara especificou os equipamentos que a municipalidade deseja adquirir, inexistindo qualquer afronta ao princípio da competitividade.

De referência ao questionamento da exigência da ANVISA, ao equipamento **BALANÇA**, se mostra pertinente, a bem do interesse público, voltado na prestação de serviço de qualidade a saúde humana, se ajustando ao princípio da legalidade, afastando contratações de empresas não autorizadas pela **ANVISA** forneçam equipamento para serviço de saúde não apropriado, o que poderia interferir em diagnóstico.

Inquestionavelmente, a referida exigência editalícia se entremostra coadunada com os princípios da legalidade e da cautela, evitando contratação de fornecimento de produtos impróprios, que seriam extremamente danosos a saúde da população.



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS**  
CNPJ: 14.263.859/0001-06  
LARGO DO ROSARIO, Nº 01 – CENTRO  
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

Desta forma, pelos motivos libelados, **indefere-se as impugnações ao edital**, mantendo na íntegra todos os termos do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 12-2021-PE, e as datas e horários para recepção das propostas de preços e para o julgamento.

Publica-se o presente despacho no Diário Oficial do Município, para ciência dos interessados.

Rio de Contas, em 17 de maio de 2021.

Camila Katiely Pereira Neves  
Pregoeira Oficial